

Aviso da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária da mesma forma que foi publicitado o Aviso do início da interrupção do sistema.

Artigo 3.º

O presente despacho produz efeitos à data de 26 de agosto de 2016.

25 de agosto de 2016. — O Ministro das Finanças, *Mário José Gomes de Freitas Centeno*. — 24 de agosto de 2016. — O Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação, *Luís Medeiros Vieira*.

209832707

DEFESA NACIONAL

Polícia Judiciária Militar

Louvor n.º 411/2016

Louvo o assistente técnico Jorge Emérico Ferreira Lopes, do Mapa de Pessoal da Polícia Judiciária Militar, pela forma segura e competente como, ao longo destes últimos seis anos, tem desempenhado as suas funções na Secção de Processo/UATA.

No exercício das variadas tarefas que lhe foram atribuídas, procede à tramitação do registo dos processos de inquérito, à elaboração de ficheiros de armamento desaparecido e de arguidos e suspeitos, assegura o registo e guarda de armas e demais apreensões à ordem dos inquéritos, e executa, ainda, tarefas administrativas e de secretariado de apoio à UIC, o que faz de forma discreta, serena e eficaz, revelando sentido de responsabilidade e rigor.

Correto, leal e zeloso da sua atividade funcional, transmite confiança e segurança de resultados, o que, aliado às suas qualidades pessoais e humanas de bom relacionamento, de discreta reserva e bom trato, permitiu ao AT Jorge Emérico F. Lopes granjear a estima e consideração de todos os que com ele se relacionam, pelo que é de inteira justiça realçar em público louvor os serviços por si prestados à Polícia Judiciária Militar.

19 de agosto de 2016. — O Diretor-Geral da Polícia Judiciária Militar, *Luís Augusto Vieira*, Coronel.

209832626

JUSTIÇA

Centro de Estudos Judiciários

Declaração de retificação n.º 883/2016

Por ter saído com inexactidão o Despacho n.º 10647/2016 publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 163, de 25 de agosto de 2016, onde se lê:

«...Procuradora Geral Adjunta Ana Rita Cunha Pecorelli
Procuradora da República Ana Teresa Pina Leal...»

deve ler-se:

«...Procuradora-Adjunta Ana Rita Cunha Pecorelli
Procuradora da República Ana Teresa Pinto Leal...»

26 de agosto de 2016. — O Diretor do Departamento de Apoio Geral, *Adelino V. Pereira*.

209832278

Direção-Geral da Administração da Justiça

Aviso n.º 10926/2016

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea *b)* do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com os artigos 45.º e 46.º da LTFP, torna-se público que a Sra. Subdiretora-Geral, no âmbito da competência delegada, homologou a ata de avaliação final da conclusão com sucesso do período experimental de Susana de Carvalho Verdial, na sequência de procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação, nos termos do artigo 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, e, em consequência foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para ocupação de posto de trabalho da carreira de assistente técnico previsto no mapa de pessoal do Núcleo de Penafiel da Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de

Penafiel com Susana de Carvalho Verdial, auferindo remuneração base entre as 4.ª e 5.ª posições remuneratórias da carreira de assistente técnico e os níveis 9 e 10 da tabela remuneratória única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, com efeitos a 1 de julho de 2015.

23 de agosto de 2016. — A Diretora de Serviços, *Eva Pinto Jorge*.
209832829

CULTURA

Direção Regional de Cultura do Algarve

Aviso n.º 10927/2016

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, faz-se público que a lista unitária de ordenação final do procedimento concursal para preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior, licenciatura em arquitetura, do mapa de pessoal da Direção Regional de Cultura do Algarve (DRC Algarve), para exercer funções no domínio da salvaguarda do património arquitetónico na Direção de Serviços dos Bens Culturais, aberto pelo Aviso n.º 6975/2016, DR 2.ª série, n.º 106, de 2 de junho, homologada por deliberação de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Cultura, em 03/08/2016, se encontra afixada em local visível e público das instalações do DRC Algarve, em Faro, e disponibilizada na sua página eletrónica em <http://www.culturalg.pt>.

25 de agosto de 2016. — A Diretora Regional, *Alexandra Rodrigues Gonçalves*.

209831573

Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais

Despacho n.º 10809/2016

Ao abrigo do disposto conjuntamente no n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 47/2012, de 28 de fevereiro e nos n.ºs 1 e 3 do artigo 42.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, designo o mestre Nuno Manuel Estanqueiro Dias, Diretor de Serviços de Gestão de Recursos e Informação, e a mestre Maria de Lurdes Andrade Silva Morais Camacho, Diretora de Serviços de Relações Internacionais, para me substituírem sucessivamente na minha ausência, por motivo de férias, no período compreendido entre 16 e 29 de agosto, *inclusive*.

10 de agosto de 2016. — A Diretora-Geral, *Maria Fernanda Soares Rebelo Heitor*.

209833088

EDUCAÇÃO

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Agrupamento de Escolas Campo Aberto, Póvoa de Varzim

Aviso n.º 10928/2016

Procedimento concursal para recrutamento de dois postos de trabalho a horas, para serviço de limpeza em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo a tempo parcial, para a carreira e categoria de assistente operacional de grau 1.

1 — Em cumprimento com o previsto no n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que, por despacho da Senhora Subdiretora-Geral dos Estabelecimentos Escolares de 25/07/2016 se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, procedimento concursal comum para preenchimento de 2 (dois) postos de trabalho, em regime de contrato a termo resolutivo certo a tempo parcial, com período definido de 15 de setembro de 2016 até ao dia 16 de junho de 2017, com duração não superior a quatro horas diárias.

2 — Para efeitos do disposto na Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, foi efetuado o procedimento prévio junto da Direção-Geral